

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

Sociedade Aberta

Sede: Praça D.João I, 28, Porto
Mat. CRC do Porto sob o n.º único de matrícula
e identificação fiscal: 501.525.882
Capital Social Registado: 4.694.600.000 Euros

Obrigações de Caixa “Investimento Ibérico” Setembro 2008/2011

- Ficha Técnica Final -

<i>Emitente:</i>	BCP - Banco Comercial Português, S.A.
<i>Modalidade:</i>	Emissão de Obrigações de Caixa, por subscrição pública.
<i>Natureza e Representação:</i>	As obrigações serão representadas por valores escriturais ao portador, exclusivamente materializadas pela sua inscrição em contas abertas em nome dos respectivos titulares, nos termos do disposto no Código dos Valores Mobiliários.
<i>Classificação DMIF:</i>	Instrumento Financeiro Complexo
<i>Montante:</i>	EUR 3.919.800,00.
<i>Valor Nominal (VN):</i>	EUR 50, por obrigação.
<i>Preço de Emissão:</i>	EUR 50, por obrigação, com pagamento integral na DATA DE EMISSÃO.
<i>Período de Subscrição:</i>	De 29 de Julho 2008 (inclusive) a 29 Agosto de 2008 (inclusive). As obrigações serão atribuídas pela ordem de subscrição, podendo o período de subscrição ser encerrado antes do final do mesmo, caso as ordens recebidas perfaçam o montante da emissão.
<i>Montantes de Subscrição:</i>	O montante mínimo de subscrição é de EUR 1.000, correspondendo a 20 Obrigações. As obrigações poderão ser subscritas em múltiplos de EUR 50, correspondendo a 1 Obrigação. O montante máximo de subscrição está limitado pelo montante total da emissão.
<i>Data de Emissão:</i>	3 de Setembro de 2008.
<i>Prazo:</i>	3 anos.
<i>Data de Reembolso:</i>	3 de Setembro de 2011. Caso esta data não seja um DIA ÚTIL DE LIQUIDAÇÃO, a DATA DE REEMBOLSO ocorrerá no primeiro DIA ÚTIL DE LIQUIDAÇÃO subsequente.
<i>Reembolso:</i>	As obrigações serão reembolsadas de uma só vez, na DATA DE REEMBOLSO, pela soma do seu VALOR NOMINAL e da REMUNERAÇÃO VARIÁVEL. O montante de reembolso das Obrigações de Caixa nunca será inferior ao respectivo PREÇO DE EMISSÃO.

Remuneração Variável:

A REMUNERAÇÃO VARIÁVEL, a ser paga na DATA DE REEMBOLSO, será calculada da seguinte forma:

$$RV = VN \times \text{Max} \left(\left\{ 0\%; \left\{ 110\% \times \frac{\sum_{n=1}^2 \left(\frac{I_1^n}{I_0^n} - 1 \right) \right\}}{2} \right\} \right)$$

Em que,

RV é igual a REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

VN é igual a VALOR NOMINAL

I_0^n = Valor oficial de fecho do Índice n na DATA DE EMISSÃO.

I_1^n = Média Aritmética dos valores oficiais de fecho do Índice n nos dias 3 de Março de 2009, 3 de Setembro de 2009, 3 de Março de 2010, 3 de Setembro de 2010, 3 de Março de 2011 e 29 de Agosto de 2011. No total existirão 6 datas de observação.

Caso alguma destas datas não seja um DIA ÚTIL DE NEGOCIAÇÃO a data será ajustada para o DIA ÚTIL DE NEGOCIAÇÃO imediatamente seguinte apenas para o Índice afectado.

Cabaz:

O Cabaz é composto pelos seguintes 2 índices:

<i>n</i>	Índice	Bloomberg Code
1	PSI 20 Index	PSI20 Index
2	IBEX 35 Index.	IBEX Index

Dia útil de Liquidação:

Qualquer dia em que os Bancos estão abertos e a funcionar em Lisboa e em que o sistema TARGET (sistema de transferências Automáticas Trans-europeias de Liquidações pelos Valores Brutos em Tempo Real) não esteja encerrado. Mais informações sobre o sistema TARGET poderão ser obtidas no endereço de Internet <http://www.ecb.int>.

Dia útil de Negociação:

Qualquer dia em que o *sponsor* do Índice n tenha previsto publicar um valor oficial de fecho do mesmo e que esteja previsto que as bolsas relevantes estejam abertas para negociação.

Em caso de ocorrência ou existência de um EVENTO PERTURBADOR DE MERCADO que o AGENTE DE CÁLCULO considere ter um impacto material, considerar-se-á a data imediatamente seguinte em que essa restrição esteja sanada. Se essa restrição persistir por mais de três dias úteis consecutivos caberá ao AGENTE DE CÁLCULO determinar a cotação das acções afectadas.

Evento Perturbador de Mercado:

Qualquer evento que determine a suspensão, restrição ou limitação à livre alienação das acções, futuros ou opções relativos ao Índice n, desde que tal ocorrência seja considerada materialmente relevante pelo AGENTE DE CÁLCULO.

Taxa de Rentabilidade Efectiva Anual Mínima: 0%

Taxa de Rentabilidade Efectiva Anual Máxima: Não é determinável à DATA DE EMISSÃO, dado depender da REMUNERAÇÃO VARIÁVEL.

A TAXA DE RENTABILIDADE EFECTIVA ANUAL MÍNIMA é a que iguala o valor actual dos fluxos monetários gerados pela Obrigação ao seu preço de compra, pressupondo-se que o obrigacionista mantém a Obrigação na sua titularidade até à data de reembolso.

Regime Fiscal:

A remuneração das Obrigações, está sujeita a retenção na fonte:

a) à taxa liberatória de 20%, com possibilidade de opção pelo englobamento se detidas por residentes em território nacional, no caso do IRS;

b) à taxa de 20%, a título de pagamento por conta se detidas por entidades residentes em território nacional, no caso de IRC;

No entanto, haverá lugar à aplicação de isenção aos beneficiários efectivos que, em território português não tenham residência, sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável ao qual estes rendimentos possam ser imputáveis e desde que não sejam entidades residentes em país território ou região com regimes de tributação privilegiada, constantes de lista aprovada por portaria do Ministro de Estado e das Finanças e que não sejam pessoas colectivas detidas, directa ou indirectamente, em mais de 20% por entidades residentes em território português.

A presente cláusula constitui um resumo do regime fiscal a que a emissão está sujeita e não dispensa a consulta da legislação aplicável.

Prescrição de Reembolso e de Pagamento de Juros: Nos termos de artigo 1º do Decreto-lei n.º 187/70, de 30 de Abril, consideram-se abandonados a favor do Estado:

a) As obrigações quando, durante o prazo de 20 anos, os seus titulares ou possuidores não hajam cobrado ou tentado cobrar os respectivos juros ou outros rendimentos ou não tenham manifestado por outro modo legítimo e inequívoco o seu direito sobre esses títulos;

b) Os juros ou outros rendimentos das obrigações quando, durante o prazo de 5 anos, os seus titulares ou possuidores não hajam praticado qualquer dos factos referidos no parágrafo anterior

Comissões e encargos:

A presente emissão está isenta de comissões bancárias. São da conta do Obrigacionista taxas devidas à autoridade administrativa pela transmissão em bolsa das Obrigações, assim como quaisquer impostos ou taxas que no futuro venham ser determinadas pela autoridade pública competente.

Jurisdição e Foro Competente:

Para resolução de qualquer litígio emergente do presente empréstimo obrigacionista, é competente o foro da Comarca de Lisboa, julgando-se de acordo com a legislação portuguesa.

Agente Pagador:

Banco Comercial Português, S.A.

Agente de Cálculo:

Banco Millennium bcp Investimento, S.A.

Organização e Liderança:

Banco Millennium bcp Investimento, S.A.

ISIN:

PTBCV6XE0002